

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, a Administração da Amapari Energia S.A. (doravante "Companhia") em atendimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação dos Senhores e Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras, todos referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013. **Mensagem da Administração.** No ano de 2013, mantivemos a operação de geração de energia elétrica com a realização de todas as manutenções previstas, assegurada a manutenção da produção de energia elétrica no Estado do Amapá, aproveitando oportunidades estratégicas para a comercialização de energia de acordo com as características do Estado do Amapá. A Amapari é um produtor independente de energia (PIE) que tem o controle do Sistema Isolado que abrange aproximadamente 45% do território nacional e onde está localizada grande quantidade dos recursos naturais do país, neste contexto acreditamos que podemos ampliar nossa atuação de forma a promover resultados ainda melhores para a Companhia e acionistas. **Nosso Empreendimento:** UTE Serra do Navio/A UTE Serra do Navio é uma planta de geração de energia elétrica a diesel, localizada no Município de Serra do Navio, Estado do Amapá, com capacidade de geração de 23,3 MW. A planta iniciou suas operações em fase de teste em junho de 2008 e a operação comercial em novembro do mesmo ano. O investimento previsto era de US\$29,6 milhões, tendo sido investidos diretamente cerca de R\$ 80 milhões.

Com base no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013, reconhecemos o direito de crédito de tributos não compensáveis que já haviam sido pleiteado junto a ANEEL e que para a Amapari representa mais de R\$ 12 milhões. **Visão Geral.** Desenvolvida por meio de uma parceria entre a MPX e a Centrais Elétricas do Norte do Brasil - Eletronorte, nossa razão de participação de 51% e 49%, a Companhia possui o segundo maior empreendimento de geração de energia no Estado do Amapá, permitindo o fornecimento de energia para a Anglo Ferrus Amapá Mineração Ltda. (adquirida pela Anglo Ferrus Amapá Mineração Ltda. em 2012) e para o Município de Serra do Navio, no Estado do Amapá, aproveitando oportunidades estratégicas para a comercialização de energia de acordo com as características do Estado do Amapá. A Amapari é um produtor independente de energia (PIE) que tem o controle do Sistema Isolado que abrange aproximadamente 45% do território nacional e onde está localizada grande quantidade dos recursos naturais do país, neste contexto acreditamos que podemos ampliar nossa atuação de forma a promover resultados ainda melhores para a Companhia e acionistas. **Nosso Empreendimento:** UTE Serra do Navio/A UTE Serra do Navio é uma planta de geração de energia elétrica a diesel, localizada no Município de Serra do Navio, Estado do Amapá, com capacidade de geração de 23,3 MW. A planta iniciou suas operações em fase de teste em junho de 2008 e a operação comercial em novembro do mesmo ano. O investimento previsto era de US\$29,6 milhões, tendo sido investidos diretamente cerca de R\$ 80 milhões.

Fluxo (prejuízo) antes dos impostos (5.402) 10.330  
Ajustes para reconciliar o lucro antes dos impostos ao fluxo de caixa das atividades operacionais (5.402) 10.330  
Depreciação e amortização 5.533 5.667  
Juros e multas 1.199  
Provisão reembolso CCC 24.617 -  
24.748 17.196

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO (Em Milhares de Reais)			
Ativo	Nota	2013	2012
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	7	9.791	10.514
Contas a receber	8	9.472	9.109
Subsídios a receber - conta consumo de combustível	8	30.802	17.561
Estoques	9	11.306	9.865
Impostos a recuperar	10	609	64
Adiantamentos diversos	10	62.105	47.197
<b>Realizável a longo prazo</b>			
Impostos a recuperar	10		2.244
Outros créditos CCC	8		24.617
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	1.783	
Ativos não circulantes	12	64.428	67.568
Imobilizado	12	153	288
Intangível	14	2.719	4.206
Ativo diferido	14	69.205	98.923
<b>Total do ativo</b>		<b>131.310</b>	<b>146.120</b>
<b>Passivo</b>			
Capital social	15	29.542	36.153
Fornecedores	17	72	761
Impostos, taxas e contribuições	17	544	641
Salários, férias e 13º salário	18		506
Contas a pagar com partes relacionadas	18		4,000
Dividendos a distribuir	20	4.51	6,000
Provisão para pesquisa e desenvolvimento	20	31.609	42.852
<b>Realizável a longo prazo</b>			
Contas a pagar com partes relacionadas	18	52	-
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	20	84.761	84.761
Reserva de incentivo fiscal	20	6.420	6.529
Reserva de depreciação	20	1.418	1.418
Reserva de retenção de lucros	20	10.560	10.560
Prejuízos acumulados		(3.619)	-
		99.649	103.768
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>131.310</b>	<b>146.120</b>

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	Nota	2013	2012
<b>Receita operacional líquida</b>	22	38.921	38.407
Custos da operação	23	(18.732)	(25.588)
<b>Lucro bruto</b>		<b>20.189</b>	<b>12.819</b>
Gerais e administrativas		(1.451)	(1.684)
Outras despesas		(24.767)	(2.229)
Outras receitas		(26.219)	(13.268)
<b>Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e dos tributos</b>		<b>(6.048)</b>	<b>9.997</b>
<b>Resultado financeiro</b>			
Receitas financeiras	24	814	2.391
Despesas financeiras	24	(187)	(2.058)
Outras receitas		628	333
Outras despesas		(5.402)	(10.330)
<b>Lucro (prejuízo) antes dos tributos</b>		<b>(1.113)</b>	<b>(800)</b>
Contribuição social	17		(980)
Imposto de renda	17	1.311	(735)
<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>		<b>(3.619)</b>	<b>8.615</b>
<b>Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação</b>		<b>(0,042)</b>	<b>0,102</b>

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em Milhares de Reais)			
	2013	2012	
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Lucro (prejuízo) antes dos impostos			(5.402) 10.330
Ajustes para reconciliar o lucro antes dos impostos ao fluxo de caixa das atividades operacionais			5.533 5.667
Depreciação e amortização			1.199
Juros e multas			24.617 -
Provisão reembolso CCC			24.748 17.196
<b>Variações nos ativos e passivos</b>			
Redução (aumento) em contas a receber de clientes			(363) 1.532
Redução (aumento) em subsídios a receber			(13.241) (12.733)
Redução (aumento) nos estoques			68 2.966
Redução (aumento) nos impostos a recuperar			2.140 (1.025)
Redução (aumento) em outros ativos			(109) 1.535
Aumento (redução) em fornecedores			(6.600) (6.242)
Aumento (redução) em impostos, taxas e contribuições a pagar			(102) (5.586)
Aumento (redução) em salários, férias e 13º salário			(97) 107
Aumento (redução) em outras contas a pagar			207 455
Pagamento IR/CSLL			(1.027) (8.521)
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			<b>5.343 (13.068)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>			
Baixa de Imobilizado			(2.066) (3.170)
Aquisição de imobilizado e intangível			(2.066) (3.170)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>			<b>(4.132) (6.340)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>			
Dividendos pagos			(4.000) (4.631)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>			<b>(4.000) (4.631)</b>
<b>Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>			<b>(2.789) (20.808)</b>
<b>Demanda de aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>			
No início do período			10.514 31.322
No fim do período			9.791 10.514
			(723) (20.808)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Em Milhares de Reais)

**1. Contexto operacional.** A Amapari Energia S.A. (doravante "Companhia") foi constituída em 12 de abril de 2007, através de parceria entre ENEVA S.A. (antiga MPX Energia S.A.) e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte, com as participações em seu capital social de 51% e 49%, respectivamente. A Companhia tem como objeto a implantação e exploração de Usina Termoeletrica ("UTE") a óleo diesel, construída no Município de Serra do Navio, no Estado do Amapá. A Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Amapá concedeu à Companhia, em 6 de maio de 2008, Licença de Operação, que foi renovada no dia 25 de março de 2013, através da Licença de Operação nº 0172/2013, com vigência de 3 anos. Por intermédio da Resolução Autorizativa nº 1.369, de 20 de maio de 2008, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL concedeu autorização para a Amapari estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica ("PIE"), com capacidade instalada inicial de 23MW por prazo de 29 anos. Tal capacidade foi revisada para 2014 em 21,6 MW, conforme Despacho ANEEL nº 3.751, de 14 de outubro de 2008. Em 10 de junho de 2009, a Companhia foi autorizada, por intermédio do Despacho nº 2.197, de 9 de junho de 2008, da Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração ("SFG"), a iniciar a geração de energia em base de teste. Por intermédio do Despacho nº 4.143, de 7 de novembro de 2008, a Companhia foi autorizada a iniciar suas operações comerciais. No momento, vende a energia gerada, exclusivamente, à Anglo Ferrus Amapá Mineração Ltda., maior mineradora instalada no Estado do Amapá com o prazo até 31 de dezembro de 2015 conforme contrato firmado entre as partes. No 4º trimestre de 2014, a Anglo Ferrus Amapá Mineração Ltda. foi vendida à mineradora suíça Amin Ferrus. Adicionalmente, a UTE já forneceu durante o ano de 2012, em caráter intermitente e emergencial, energia para as cidades de Serra do Navio e Pedra Branca do Amapá em função da precariedade da linha de transmissão da Concessionária Local e por força de acordo com o Estado do Amapá para o recebimento da isenção do ICMS sobre a entrada de diesel. Referida operação com Estado do Amapá pode ocorrer sempre que houver necessidade de energia por parte do Estado.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em Milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de incentivo fiscal	Reserva de depreciação	Reserva de lucros	Distribuição de dividendos	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>	84.761	4.718	1.078	8.615	8.096	98.653
Lucro líquido do exercício	-	-	-	8.615	-	8.615
Reserva de incentivo fiscal	-	1.811	-	(1.811)	-	-
Reserva legal	-	-	340	(340)	-	-
Reserva de dividendo adicional	-	-	-	10.560	(8.096)	-
Dividendos a distribuir	-	-	-	(4.000)	-	(4.000)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	84.761	6.529	1.418	10.560	10.268	113.536
Prejuízo do exercício	-	-	-	(3.619)	-	(3.619)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	84.761	6.529	1.418	10.560	(3.619)	99.649

15. Fornecedores. O passivo da Companhia com seus fornecedores é composto como segue:

	2013	2012
BR Distribuidora - Take or Pay (a)	8.481	7.251
BR Distribuidora - Diesel (b)	20.378	25.936
Outros fornecedores	68	2.966
	29.542	36.153

5. Instrumentos financeiros por categoria

	Empréstimos recebíveis	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Total
31 de dezembro de 2013			
Contas a receber	9.472	-	-
Subsídios a receber	30.802	-	-
Caixa e equivalente de caixa	40.774	9.791	50.065
			Outros passivos financeiros
			29.542 29.542

2. Licenças e autorizações. A Amapari tem como compromisso obter todas as licenças e autorizações exigidas por lei para o funcionamento de suas instalações e atividades. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possui as seguintes licenças e autorizações:

Tipo	Emissão	Vigência
Resolução Autorizativa ANEEL nº 1.369/2008 (a)	20 de maio de 2008	29 anos
Despacho SFG nº 2.197/2008 (b)	9 de junho de 2008	Indeterminado
Despacho SFG nº 4.143/2008 (c)	7 de novembro de 2008	Indeterminado
Licença de Operação nº 172/2013 (d)	25 de março de 2013	3 anos

6. Qualidade do crédito dos ativos financeiros. O caixa e equivalentes de caixa e as aplicações financeiras são mantidos em bancos de primeira linha.

	2013	2012
Caixa e bancos	442	32
Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado ENEVA 63	9.349	10.482
	9.791	10.514

3. Apresentação das demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no preceito contábil, com exceção de determinados instrumentos financeiros, que foram mensurados pelo valor justo. A preparação das demonstrações financeiras exigiu da Administração da Companhia julgamentos, estimativas e premissas de saldos das seguintes contas: - Impostos a recuperar (Nota 10); - Imobilizado (Nota 12); - Provisão para contingências (Nota 19); - Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco (Nota 21). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que corresponde à moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para a milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **3.1. Reclassificação das demonstrações financeiras de 2012.** A Companhia revisou as classificações contábeis de alguns serviços de terceiros, alterando a rubrica de despesas "Gerais e administrativas" para "Custos da operação" por entender que os serviços em questão estão ligados a operação do empreendimento e assim devem ser apresentados. Desta forma, estão apresentadas abaixo as demonstrações financeiras publicadas no ano anterior (referente ao mesmo período).

8. Contas a receber de clientes e subsídios a receber - Conta Consumo de Combustíveis (CCC-ISOL). Contas a receber de clientes. Contas a receber correspondem à venda de energia pela Companhia à Anglo Ferrus Amapá Ltda., no montante de R\$ 9.472 (R\$ 9.109, em 31 de dezembro de 2012). A partir de abril de 2011, a Companhia, por meio de sua Administração, com base nas alterações advindas da Resolução Normativa 427/2011, modificou a metodologia de cálculo do preço de venda de energia elétrica, deixando de usar o fator de custo de energia (Tarifa de Equivalente Hidráulico) como referência, passando a usar o produto da diferença entre o preço unitário do óleo diesel faturado pela BR Distribuidora e a tabela de preço da ANP, com base no preço do diesel colocado pelo distribuidor no posto de gasolina. A Companhia utiliza como referência os postos de Macapá, pelo consumo específico, relação do combustível consumido pela geração de energia em MWh. **Subsídios a receber - Conta Consumo de Combustíveis (CCC-ISOL).** Em 19 de maio de 2009, a Companhia obteve decisão judicial favorável, que obrigou a ANEEL a enquadrar a metodologia de ressarcimento de parte dos seus custos com combustíveis, utilizados como insumos na geração e venda de energia elétrica, através da Conta de Consumo de Combustíveis - CCC. A partir de 22 de fevereiro de 2011, com a publicação da Resolução Normativa 427 pela ANEEL, regulamentando a Lei nº 12.111/09 e o Decreto nº 7.246/10, que estabeleceu novos procedimentos para o planejamento, formação, processamento e gerenciamento da Conta de Consumo de Combustíveis - CCC foram afetados alguns itens com impacto no cálculo do faturamento da energia, como a extinção da TEH, redutor aplicado no cálculo do subsídio e a definição da tabela de preço da pesquisa ANP como limite para o preço unitário do combustível, ressarcido e ainda o valor da compra CCC. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo a receber do subsídio é de R\$ 30.802 (R\$ 17.561 em 31 de dezembro de 2012). Este montante reflete o subsídio de 4 meses em virtude de demora no repasse do subsídio a Companhia e o direito do reembolso do custo decorrente dos créditos não compensados conforme resolução normativa da ANEEL nº 597. Em 31 de dezembro de 2012, estavam contabilizados subsídios relativos a 3 meses. **Outros créditos de CCC.** A Companhia possuía em seu ativo não circulante R\$ 24.617 mil, referente ao ressarcimento de CCC não recebido no período de novembro de 2008 a maio de 2009. Caso este valor não venha a ser realizado, a Companhia tem a obrigação de cobrá-lo à Anglo Ferrus Amapá Ltda. Isto ocorre, conforme contrato de fornecimento de energia entre as partes, em caso de desequilíbrio econômico-financeiro, por motivos não imputáveis à Companhia, as partes devem adequar as condições contratuais para que referido equilíbrio seja restabelecido. Não obstante, até o momento, não foram iniciados procedimentos de cobrança junto à Anglo Ferrus Amapá Ltda., pois a Companhia optou por adotar, inicialmente, medidas judiciais junto à ANEEL, em uma tentativa de obter tal ressarcimento, via mecanismo da CCC. Em 31 de dezembro de 2013, o balanço patrimonial da Companhia reflete o ressarcimento de CCC não recebido no momento de sua vigência, verificado no último trimestre de 2013, isto é, a aquisição da Anglo Ferrus Amapá Ltda. pelo grupo Zamin Ferrus, a Administração da Companhia encaminhou correspondência à Zamin pela qual solicitou um posicionamento quanto ao reconhecimento deste dividendo, no caso de decisão desfavorável do pleito judicial junto à ANEEL. Em sua carta resposta, a Zamin Ferrus informou que está buscando subsídio para se posicionar quanto a referida assunto. Diante do exposto e face ao tempo transcorrido sobre referido direito, a Administração da Companhia, apesar de não esperar quaisquer perdas no saldo a receber, decidiu constituir uma provisão de 100%, contabilizada em seu ativo não circulante.

4. Resumo das principais práticas contábeis. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. **4.1. Base de preparação.** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos financeiros mensurados a valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas de maior risco, são as seguintes: (a) **Receita financeira.** A receita financeira é reconhecida quando a Companhia realiza uma venda de ativos financeiros individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"), as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), as normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") quando não conflitantes com a legislação societária e incorporadas introduzidas por intermédio das Leis nº 6.387/07 e nº 11.941/09. O CPC complementa os novos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). As demonstrações de resultados abrangentes não estão sendo apresentadas, pois não há valores a serem apresentados sob esse conceito, ou seja, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente total. A autorização para a conclusão dessas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração em 24 de fevereiro de 2014. **4.2. Caixa e equivalentes de caixa.** Caixa e equivalentes de caixa incluem, em sua maioria, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo e altamente líquidos, com vencimentos originais de até três meses, e de risco insignificante de mudança de valor. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante, quando aplicável. **4.3. Ativos financeiros.** **4.3.1. Classificação.** O Grupo classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. (a) **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.** Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são os seguintes: (i) **Ativos financeiros negociados.** Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge. (b) **Empréstimos e recebíveis.** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles que tenham prazo superior a 12 meses após o vencimento. Os ativos financeiros não negociados são classificados como ativos não circulantes. Os empréstimos e recebíveis do Grupo compreendem "Contas a receber", "Caixa e equivalentes de caixa". **4.3.2. Reconhecimento e mensuração.** As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados na demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os custos de aquisição de caixa tendem a exceder o valor justo por meio do resultado. Neste caso, os custos de aquisição de caixa tendem a ser reduzidos, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem. **4.4. Intangíveis e Software.** As licenças de softwares são classificadas como ativos intangíveis e são avaliadas pelo custo líquido a atribuição, ou seja, a taxa original do instrumento. **4.4.1. Subvenção da Conta de Consumo de Energia Elétrica (CCEE).** A Companhia possui uma subvenção de receita decorrente da venda de energia elétrica para o Município de Serra do Navio, no Estado do Amapá, com o prazo de validade de 29 anos. A subvenção é reconhecida em função da natureza passiva e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O custo de aquisição de caixa tendem a ser reduzidos, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem. **4.4. Intangíveis e Software.** As licenças de softwares são classificadas como ativos intangíveis e são avaliadas pelo custo líquido a atribuição, ou seja, a taxa original do instrumento. **4.4.1. Subvenção da Conta de Consumo de Energia Elétrica (CCEE).** A Companhia possui uma subvenção de receita decorrente da venda de energia elétrica para o Município de Serra do Navio, no Estado do Amapá, com o prazo de validade de 29 anos. A subvenção é reconhecida em função da natureza passiva e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O custo de aquisição de caixa tendem a ser reduzidos, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem. **4.4. Intangíveis e Software.** As licenças de softwares são classificadas como ativos intangíveis e são avaliadas pelo custo líquido a atribuição, ou seja, a taxa original do instrumento. **4.4.1. Subvenção da Conta de Consumo de Energia Elétrica (CCEE).** A Companhia possui uma subvenção de receita decorrente da venda de energia elétrica para o Município de Serra do Navio, no Estado do Amapá, com o prazo de validade de 29 anos. A subvenção é reconhecida em função da natureza passiva e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O custo de aquisição de caixa tendem a ser reduzidos, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem. **4.4. Intangíveis e Software.** As licenças de softwares são classificadas como ativos intangíveis e são avaliadas pelo custo líquido a atribuição, ou seja, a taxa original do instrumento. **4.4.1. Subvenção da Conta de Consumo de Energia Elétrica (CCEE).** A Companhia possui uma subvenção de receita decorrente da venda de energia elétrica para o Município de Serra do Navio, no Estado do Amapá, com o prazo de validade de 29 anos. A subvenção é reconhecida em função da natureza passiva e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O custo de aquisição de caixa tendem a ser reduzidos, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem. **4.4. Intangíveis e Software.** As licenças de softwares são classificadas como ativos intangíveis e são avaliadas pelo custo líquido a atribuição, ou seja, a taxa original do instrumento. **4.4.1. Subvenção da Conta de Consumo de Energia Elétrica (CCEE).** A Companhia possui uma subvenção de receita decorrente da venda de energia elétrica para o Município de Serra do Navio, no Estado do Amapá, com o prazo de validade de 29 anos. A subvenção é reconhecida em função da natureza passiva e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O custo de aquisição de caixa tendem a ser reduzidos, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem. **4.4. Intangíveis e Software.** As licenças de softwares são classificadas como ativos intangíveis e são avaliadas pelo custo líquido a atribuição, ou seja, a taxa original do instrumento. **4.4.1. Subvenção da Conta de Consumo de Energia Elétrica (CCEE).** A Companhia possui uma subvenção de receita decorrente da venda de energia elétrica para o Município de Serra do Navio, no Estado do Amapá, com o prazo de validade de 29 anos. A subvenção é reconhecida em função da natureza passiva e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O custo de aquisição de caixa tendem a ser reduzidos, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo

# AMAPARI ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 08.815.601/0001-64

alocação criteriosa de seu caixa em instituições financeiras de primeira linha, respeitando-se limites percentuais de aplicação por instituição e limites percentuais em relação ao patrimônio líquido destas instituições, adotando inclusive uma postura mais defensiva do que aquela sugerida pelo *Risk Bank*.

## Quadro de classificação de risco "ÍndiceRiskbank"

	Índice RISKbank®	
	2013	2012
<b>Banco</b>		
Itaú Unibanco	Baixo risco para longo prazo	
	11,88	11,25

(1) *ORISKbank®* - Sistema de Classificação de Risco Bancário - é um produto que tem como objetivo classificar e acompanhar sistematicamente o risco e a performance das instituições financeiras no Brasil, tornando-se uma ferramenta eficiente para identificar possíveis problemas nas áreas mais sensíveis dos bancos. O *RISKbank®* desenvolveu há mais de dez anos uma metodologia avançada de mensuração de risco bancário, que envolve tanto a tradicional análise quantitativa como a qualitativa (texto de natureza pública apresentado no site da ferramenta: <http://www.riskbank.com.br>). (2) Dados apresentados com defasagem de três meses. **Risco de liquidez** é o risco de que a Companhia poderá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração da liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar sua reputação e a do grupo. Os valores reconhecidos em 31 de dezembro de 2013, incluindo a estimativa de pagamentos futuros de juros, sendo o montante de caixa disponível suficiente para cobrir essas obrigações, se apresentam conforme quadro abaixo:

	2013					Total
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos	
Passivos						
Fornecedores	29.542	-	-	-	-	29.542
Partes relacionadas	52	-	-	-	-	52

**Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro).** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. A Companhia não identificou riscos de mercado relevantes pela Administração que sejam passíveis de divulgação de análise de sensibilidade nos termos da Instrução CVM 475/08. **Valor justo hierárquico.** Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros, sendo que a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativos ou passivos financeiros. A classificação dos Níveis Hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo: • Nível 1. Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo. • Nível 2. Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observá-

veis de mercado. • Nível 3. Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

	2013			2012		
	Valor justo	Nível	Total	Valor justo	Nível	Total

Ativos  
Caixa e equivalentes de caixa 9.791 1 9.791 10.514 1 10.514  
Resaltamos que não foram observados instrumentos financeiros classificados como Nível 3 durante o exercício em análise e que não ocorreram transferências de níveis para este mesmo exercício.

**22. Receita operacional.** A conciliação entre a receita bruta para fins fiscais e a receita apresentada na demonstração de resultado do período é como segue:

	2013	2012
Receita bruta fiscal	43.299	42.751
Menos		
Impostos sobre vendas	(4.378)	(4.344)
Total da receita contábil	38.921	38.407

**23. Custos e despesas por natureza. Custos da operação**

	2013	2012
Despesas com pessoal	(4.614)	(3.782)
Serviços de terceiros	(2.833)	(5.590)
Material	(991)	(1.101)
Insumos	(73.502)	(67.887)
Subsídios - CCC	69.182	58.936
Depreciação e amortização	(5.503)	(5.639)
Outras despesas	(471)	(525)
	(18.732)	(25.588)

**Despesas (receitas) operacionais**

	2013	2012
Despesas com pessoal	(648)	(682)
Serviços de terceiros	(773)	(922)
Depreciação e amortização	(30)	(28)
Baixa projeto PHC Capivara		(1.248)
Baixa CCC (nota 10)	(24.617)	
Outras receitas		229
Outras despesas	(150)	(171)
	(26.218)	(2.822)

**24. Resultado financeiro.** A composição do resultado financeiro da Companhia é demonstrada como segue:

	2013	2012
Receitas financeiras		
Rendas de aplicações financeiras	786	2.235
Outros	28	156
	814	2.391
	2013	2012

	2013	2012
Despesas financeiras		
Juros	(7)	(1.112)
Despesas bancárias	(57)	(6)
Multas	(76)	(681)
Outros	(47)	(259)
	(187)	(2.058)

**25. Compromissos assumidos.** Os principais compromissos assumidos junto a fornecedores de bens e serviços são:

Objeto do contrato	Assinatura	Vigência	Contratado	Saldo do contrato	
				2013	2012
Serviço e sistemas	09/11/2009	05/04/2013	861		208
Serviço de transporte	21/05/2013	31/08/2014	695	444	-
Serviço administrativo	21/05/2013	31/08/2014	571	357	-
Venda de energia	17/03/2009	31/12/2015	Indeterminado	128.866	161.920
Serviços de manutenção	04/11/2013	04/11/2014		1.200	1.200
				2.465	130.866
				161.920	

**26. Cobertura de seguros.** A Companhia em conjunto com as empresas do GrupoENEVA, do qual faz parte, adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. A Companhia considera que a cobertura de seguros é consistente com as outras empresas de dimensão semelhante operando no setor. Em 31 de dezembro 2012 e 31 de dezembro de 2013, as coberturas de seguros eram:

	2013	2012
Danos materiais	99.376	99.396
Responsabilidade civil	113,500	40.000

**Diretoria:** Gabriel Freitas Moreira da Silva - Presidente; Alexandre da Costa Prata, Diretor Financeiro; Gilberto Rodrigues, Diretor Técnico; **Conselho de Administração:** Marcus Brend Tenke, Rudolph Ihns, Alexandre Americano Holanda e Silva, Ricardo Gonçalves Rio, Antonio Maria Amorim Barra; Ana Paula Vergetti Diniz - Contadora - CRC nº 087040/O-9

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Amapari Energia S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 08.815.601/0001-64, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, após haver procedido ao exame das Demonstrações Financeiras, complementadas pelas Notas Explicativas, Relatório da Administração, referentes ao exercício social findo em 31.12.2013, com base nestes exames e a luz do Relatório dos Auditores Independentes, emitido pela PricewaterhouseCoopers - PwC, em 24.02.2014, sem ressalva, sem ênfase, conclui-se que, observados os aspectos enfatizados pelos Auditores Independentes, conforme mencionado, os documentos retratam adequadamente a situação financeira e patrimonial da Companhia e,

recomenda que o citado documento seja submetido à deliberação dos Senhores Acionistas, na Assembleia Geral Ordinária. Rio de Janeiro, 26 de março de 2014.  
Aureliano Diniz Moreira, Membro do Conselho Fiscal;  
Augusto Cezar Barros Negreiros, Membro do Conselho Fiscal;  
Isolda Maciel Almeida, Membro do Conselho Fiscal.

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas Amapari Energia S.A.. Examinamos as demonstrações financeiras da Amapari Energia S.A. (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. **Responsabilidade dos auditores independentes.** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação

das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião.** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Amapari Energia S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Outros assuntos. Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior.** O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas originalmente antes das reclassificações descritas na Nota 3.1, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 07 de março de 2013, sem ressalvas. Como parte de nosso exame das demonstrações financeiras de 2013, examinamos também as reclassificações descritas na Nota 3.1 que foram efetuadas para alterar as demonstrações financeiras de 2012, apresentadas para fins de comparação. Em nossa opinião, tais reclassificações são apropriadas e foram corretamente efetuadas. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2012 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações financeiras de 2012 tomadas em conjunto. Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2014

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ  
Guilherme Naves Valle  
Contador CRC 1MG070614/O-5 "S" RJ